- **Comemorações**
  30 Anos de Abril
- **Literaturas Africanas**
  5 Povos 5 Nações

25 referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ Nº 73 ■ Outubro – Dezembro 2003

EUROPA
em construção

cartas de Abril

Este espaço é especialmente dedicado aos leitores. As cartas devem conter claramente a identificação e morada do seu autor. «O Referencial» reserva-se o direito de omitir a identificação se para tal for solicitado e de, por razões de espaço, editar (ou não) a correspondência recebida, na íntegra ou parcialmente.

Atenção aos Comboios

Em *O Referencial* n.º 72, que hoje recebi, logo na segunda página, sob o título «Dois despachos exemplares do fascismo» é publicada uma carta de um «leitor identificado», na qual se recordam dois despachos de punição disciplinar de dois oficiais. Um dos casos tem data de 1919 e é da autoria do coronel Helder Ribeiro, conhecido lutador antifascista.

Por que carga de água é este episódio um caso exemplar do fascismo?

Só falta dizer que o 28 de Maio veio libertar o País de uma execrável ditadura. Atenção aos comboios!

David Martelo
Porto

Apesar dos pesares...

Quero criticar uma Carta de Abril da página 2 de *O Referencial* de Julho-Setembro de 2003.

O «leitor identificado de Lisboa» autor da carta deve ter tudo menos o espírito de Abril. Repara nos «exemplos do fascismo!»

Um caso de 1919 em que reinava a «gloriosa» República, longe ainda de 1926!

Um caso de 1957, realmente do salazarismo, regime estúpido e totalitário que o 25 terminou!

Mas é um caso do foro íntimo e pessoal de um camarada que ainda está vivo. Consta das listas de 2003. É uma infeliz punição!

Mas a sua publicação num jornal de Abril, pelo autor da carta, reflecte um espírito pidesco e coscuvilheiro, longe dos ideais tolerantes de Abril.

Agora vai mais esta achega a um jornal que apesar dos pesares me é caro e leio com atenção.

José de Melo Parente
Lisboa

Mais atenção só fará bem

Nas Cartas de Abril do n.º 72 (Julho-Setembro) de *O Referencial*, um «leitor identificado punha à nossa disposição dois curiosos documentos, de indubitável interesse histórico, sobre punições sofridas por oficiais do Exército em tempos felizmente já distantes. Até aí, tudo certo: aqui fica o meu entusiástico bem-haja ao «leitor identificado», pelos extraordinários exemplos aduzidos de ridícula meticulosidade e de impertinente intromissão na vida pessoal dos subordinados, por parte das máximas autoridades castrenses de tão ingratas eras. O que já não é facilmente aceitável é que o leitor se referisse, no primeiro (e saboroso) exemplo que aí nos dava, a factos sucedidos em 1919, como exemplo «de como os senhores do fascismo se arrogavam o direito de

punir... (etc.)». Ora, que eu saiba, mesmo na sua Itália materna, o fascismo era ainda recém-nascido em 1919. Em Portugal, então, vivia-se a passagem do sidonismo agonizante para o que ficou conhecido como « a Nova República Velha».

Houve, pois, um ligeiro descuido (se bem que compreensível) na transcrição acrítica de tal anacronismo: é que eu, por exemplo (e não serei o único), dou muitas vezes a ler o meu exemplar de *O Referencial* aos meus estudantes estrangeiros de Língua e Cultura Portuguesa – e neste caso podia ter-lhes passado uma informação defeituosa, que eles nem sempre se encontram em condições de detectar e «filtrar» com a mesma facilidade com que o fazemos nós, portugueses (ou, pelo menos, os portugueses com memória).

Um pouco mais de atenção nestas coisas só fará bem ao nosso boletim, por cuja existência dou graças e que não me canso de divulgar, no meu pequeno círculo de relações.

Arlindo José Castanho
Pisa, Itália

Referencial

A EDIÇÃO do n.º 72 de *O Referencial* saiu com erros e omissões.

Assim, no trabalho sobre Emídio Guerreiro faltou dizer que o «último revolucionário romântico» foi agraciado pelo Presidente da República, em 1999, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. E, no texto «Marcos de uma vida», quando se escreveu que o professor foi eleito secretário-geral do Partido Social Democrático, em 1975, deveria escrever-se Partido Popular Democrático.

No texto sob o título «Reencontro em Alcáçovas 30 anos depois da revolta», chamámos Carmo Ventura ao sargento de Abril que saltou de páraquedas, mas, de facto, o seu nome é Carmo Vicente.

Finalmente, um erro grosseiro na transcrição da «Carta de Abril» relaciona – no texto e no título – um facto ocorrido em 1919 com o período do fascismo.

Aos leitores e aos visados, *O Referencial* apresenta desculpas.

Surgiu a ideia de se fazer uma exposição referente ao 25 de Abril, com fotos tiradas por militares de Abril ou familiares, no próprio 25 de Abril e semanas seguintes.

Aqui fica um apelo:
se tiver alguma foto (pessoal ou de outro tipo) e aceite incluí-la numa exposição, contacte-nos.
Com urgência!

editorial

Europa

GLOBALIZAÇÃO está aí, com o paradoxo dos seus efeitos mais benéficos e mais perversos. E, nessa lógica, se inscreve a crise óbvia que atravessa o Estado-nação. Salienta Eric Hobsbawm, no livro *A era dos extremos*, que o Estado-nação está a ser esfacelado em três sentidos, um ascendente por acção de forças supranacionais, outro descendente por acção de forças regionalistas e secessionistas e um terceiro lateral por acção de forças transnacionais. Assim sendo, há quem pense que uma das formas para compensar a perda de poder dos pequenos Estados-nação no sistema internacional poderá passar pela sua participação em associações regionais mais fortes. Ganhar, como parte inteira de um forte espaço alargado, o poder que se perde enquanto entidade isolada e cada vez mais fragilizada.

É aqui que se coloca o problema do futuro para a União Europeia (UE), do seu papel num mundo global hegemonizado pela hiperpotência norte-americana, quando se confronta com o seu projecto constitucional.

Pareceu-nos oportuno abrir este número de O Referencial à reflexão sobre este tema, para a qual contamos com a colaboração de ilustres associados e especialistas nesta matéria. O que se perspectiva para a UE face à dinâmica de um cada vez maior alargamento? Seja qual for o modelo institucional que venha a assumir é ou não exigível uma Constituição Europeia? Será o «projecto Giscard D'Estaing» uma boa base de trabalho? Quais as suas virtudes, lacunas, excessos e fragilidades deste projecto? Como interpretar o fracasso da última Conferência Inter-Governamental? Será a ameaça da Europa a várias velocidades uma manifestação perversa de unilateralismo, que estará a fazer escola à imagem do que, à escala global, está a ser imposto pela actual administração norte-americana da equipa de George W. Bush? Tem sido suficiente e esclarecedor o debate sobre o verdadeiro significado de tudo isto para a generalidade dos cidadãos portugueses e para a ideia que eles têm da soberania de Portugal? Como deve, em relação a isto, colocar-se a figura do referendo?

Estas preocupações estão expressas nas questões levantadas pelos textos com que abrimos aqui este espaço de reflexão, que cremos útil e necessário. Mas que, obviamente, não o esgotam.

Por isso desejamos, sinceramente, que ele não se encerre aqui. As páginas de *O Referencial* ficam abertas a quem nele queira participar, até porque é tema que ainda vai fazer correr muita tinta.

referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR II Série, n.º 91, de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Amim Chaar (Porto)

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a_norte@hotmail.com

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2, Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Narciso Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf.: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Comemorações

30 anos de Abril

VASCO CORREIA LOURENÇO

1 DE DEZEMBRO. Evocando os 30 anos de liberdade, vem a A25A organizando ou colaborando em actos comemorativos dessa gesta já histórica.

Depois da evocação do 9 de Setembro em Alcáçovas, a Câmara Municipal de Óbidos convidou-nos para umas jornadas evocativas do 1.º de Dezembro.

Foi com emoção que muitos dos cerca de 180 oficiais ali voltaram, passados 30 anos sobre a reunião que viria a constituir-se com um dos principais actos que nos levaram ao 25 de Abril.

A Câmara Municipal de Óbidos, e nomeadamente o seu presidente Telmo Faria, não deixou os seus créditos por mãos alheias e os 30 anos da evocação da reunião de Óbidos tiveram um programa ambicioso, mas que resultou em pleno (aliás, ainda estão previstos três grandes debates).

Placa comemorativa dos 30 anos da reunião de Setembro de 2003 e do seu descerramento

Para além do descerramento da placa comemorativa que reproduzimos e que serviu para a emissão de uma bela medalha da autoria de José Aurélio e da emissão do n.º 14 da publicação da CMO "Essencial – descobrir Óbidos" com os facsímile dos apontamentos originais do moderador da reunião de 1973, Vasco Lourenço, foi inaugurada uma exposição sobre o 25 de Abril (cartazes e fotografias), depois de um almoço convívio que antecedeu a sessão de debate, onde se relembrou, com emoção, mas também com alguma nostalgia, a jornada de há 30 anos.

Que rematou com a actuação de Olga Pratts, que interpretou várias das *Heróicas* de Lopes-Graça.

Oeiras. Por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, estão em preparação alguns actos comemorativos dos 30 anos de Abril.

Como noutras situações, a A25A está colaborando com a autarquia nesta louvável iniciativa, que desde já salientamos, pela sua abrangência e pelo enorme entusiasmo que os organizadores vêm manifestando.

Programa ambicioso, estão previstas as seguintes iniciativas:

Exposição sobre o 25 de Abril e a Guerra Colonial (literatura, fotografia, banda desenhada e escultura) na Galeria Verney, em Oeiras.

De salientar que durante a exposição (20 de Março a 25 de Abril) estará presente a Chaimite pertencente à A25A, que foi transformada em instrumento de difusão audiovisual.

Estão previstas visitas das escolas do concelho.

Debate, em 25 de Março, sobre o 25 de Abril, com três sub-temas:

- A conspiração
- A acção militar de 25 de Abril
- O pós-25 de Abril

(Esteve prevista a realização do 3.º Congresso da guerra de África, mas os organizadores adiaram a mesma.)

Visitas de militares de Abril a escolas do concelho, com debates com os alunos e professores.

Sessão solene, em 25 de Abril de 2004.

Homenagem ao General Sousa Dias. Por proposta da Delegação do Centro da A25A, iremos promover uma homenagem ao general Sousa Dias, ilustre e distinto militar que se revoltou na Madeira contra o Estado Novo.

Convívio na Figueira da Foz. Também por proposta da Delegação do Centro, ir-se-á promover a colocação de uma placa alusiva à participação das forças sedeadas na Figueira da Foz, nas operações militares do 25 de Abril, seguido de convívio, onde se procurará reunir os associados da A25A da região e os militares e ex-militares que aí participaram nas operações militares.

Jantar Convívio. A convite da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, vamos realizar o nosso já habitual jantar/convívio nessa cidade alentejana, no dia 24 de Abril.

Estamos certos de que se irá viver uma grande jornada de convívio e reafirmação dos valores de Abril, pelo que apelamos a que comecem desde já a efectuar as inscrições, quer para o jantar quer para o transporte.

Para isso, torna-se necessária a participação activa e massiva dos associados da A25A e, muito particularmente, dos militares de Abril.

Contamos convosco, em Santiago do Cacém! ■

Quotas dos associados – Donativos

Somente do Canadá veio resposta

JOSÉ MARIA MOREIRA DE AZEVEDO

EM *O REFERENCIAL* n.º 71 (Abril/Junho de 2003), sob o título *Quotas dos Associados – Donativos*, fez o presidente da Direcção da A25A um apelo veemente aos associados e apoiantes para o pagamento das cotas em atraso e para a oferta de donativos, no sentido de minorar as dificuldades com que a A25A se debate, as quais podem vir, a médio prazo, ameaçar, de forma grave, a sua actividade e, até mesmo, a sua subsistência.

O resultado deste apelo foi praticamente nulo, excepto no que respeita à Delegação do Canadá que respondeu de forma substancial, com: um donativo da Delegação de Toronto - Núcleo Capitão Salgueiro Maia no valor de 1.000,00 Euros; um donativo do associado n.º 2329, Mário Lebre, no valor de 200,00 Euros; 23 novos associados. BEM HAJAM!

Acreditamos firmemente que a A25A tem ainda um papel importante a desempenhar na sociedade portuguesa e até a nível internacional. E, apesar de todas as dificuldades, a A25A tem conseguido e/ou espera conseguir realizar eventos importantes, tais como o Observatório da Democracia e o I Congresso da Democracia Portuguesa.

Qualquer associação, para ter sucesso, depende da militância de todos os associados e não apenas dos elementos dos corpos sociais que, embora investidos duma responsabilidade especial resultante da sua eleição, não podem, por mais voluntariedade que manifestem, resolver todos os problemas associativos, até porque são pessoas como as outras, com problemas profissionais, familiares, de saúde, etc.

A continuidade da A25A e a manutenção da sua independência passam necessariamente pela militância de todos os seus associados e apoiantes, consubstanciada nas seguintes atitudes:

Disponibilidade para apoiar a acção da Direcção, especialmente em eventos de grande dimensão e em momentos de maior carga administrativa;

Actualização e pagamento atempado de cotas;

Atracção de novos associados, tendo em especial atenção os jovens;

Oferta de donativos, dentro das suas possibilidades, especialmente em período de crise, donativos esses dedutíveis em sede de IRS por 130 por cento do seu valor.

A terminar, fica a esperança de que o apelo do presidente da A25A venha a ter alguma vez uma merecida resposta. ■

Encontro

Bispo das Forças Armadas e de Segurança visitou a Associação 25 de Abril

A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL recebeu a visita de D. Januário Torgal Ferreira, bispo das Forças Armadas e de Segurança, no dia 15 de Outubro, na sede nacional.

D. Januário honrara *O Referencial* com um texto publicado na edição n.º 70 (Janeiro-Março 2003), onde se interrogava sobre a legitimidade da intervenção militar no Iraque. Nos contactos então estabelecidos, apercebemo-nos de que o bispo das Forças Armadas ainda não visitara a A25A. Daí o convite que desde logo lhe foi dirigido pelo presidente da Direcção, Vasco Lourenço, e pelo nosso director, Pedro Pezarat Correia.

Razões de agenda «atiraram» a visita para 15 de Outubro. Recebido à porta da sede nacional por Vasco Lourenço e Pezarat Correia, D. Januário teve desde logo palavra de grande simpatia e apreço pelo 25 de Abril, dizendo da sua grande alegria pela oportunidade de conviver com «capitães» que tanto admira e por quem tem «a máxima consideração».

No Fórum, Vasco Lourenço explicou ao bispo a utilidade daquele espaço, convidando-o a subir ao restaurante para o almoço.

Além de Vasco Lourenço e Pezarat Correia, o almoço com D. Januário foi ainda partilhado com Moreira de Azevedo, secretário da Direcção; José António Santos, editor de *O Referencial*; e Durand Clemente.

D. Januário assina o Livro de Honra da Associação 25 de Abril

Vasco Lourenço teve então oportunidade de explicar a D. Januário a história e os fins a que se propõe a A25A; Pedro Pezarat recordou o tema da paz que foi capa de *O Referencial* e renovou o convite ao bispo para, sempre que o entender, nos honrar com a sua colaboração.

Por seu turno, D. Januário Torgal Ferreira aproveitou a oportunidade para apresentar a diocese de que é titular, referindo-se com detalhe à missão atribuída ao Ordinariato Castrense.

A diocese das Forças Armadas e Segurança ou Ordinariato Castrense rege-se canonicamente por estatutos aprovados pela Congregação dos Bispos, em 03 de Setembro de 1988 e, militarmente, pelo Decreto-Lei n.º 93/91, de 26 de Fevereiro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 54/97, de 6 de Março.

Pertencem ao Ordinariato e estão sob a sua jurisdição todos os fiéis militares e também aqueles que, por vínculo da lei civil, se encontram ao serviço das Forças Armadas, os membros das suas famílias (cônjuge, filhos, parentes e pessoas de serviço) que habitem na mesma casa; os que frequentam escolas militares, nas casas para anciãos militares ou noutros institutos semelhantes; os fiéis que, de modo estável, desempenham funções no Ordinariato Castrense, confiadas ou consentidas pelo Ordinariato Castrense; os membros das Forças de Segurança. A acção do Ordinariato Castrense exerce-se através da Chefia dos Serviços de Assistência Religiosa das Forças Armadas. Esta depende, no aspecto militar, do Ministro da Defesa Nacional e, no aspecto canónico, do Ordinariato Castrense, do qual é a respectiva Cúria.

Terminado o almoço, Vasco Lourenço convidou D. Januário a visitar as instalações e, no seu gabinete, ofereceu a medalha da A25A ao bispo das e de Segurança, gesto a que D. Januário retribuiu com a assinatura do livro de honra. ■

O presidente da Direcção oferece uma medalha ao Bispo das FA e de Segurança

Evocação

Reviver o 25 de Abril

A CONVITE das Jornadas Transfronterizas e no âmbito das Jornadas sobre Cooperación Transfronteriza com Portugal deslocou-se a Mérida, no passado dia 23 de Outubro, o nosso associado José Fontão que, na Escuela de Administración Pública de Extremadura, fez uma evocação com base na síntese aqui transcrita, a qual foi acompanhada de comentários, segundo-se a apresentação do filme «Capitães de Abril» e a troca de impressões com uma assistência bastante numerosa e atenta.

A realidade colonial. Historicamente, desde muito cedo, Portugal foi um país virado para o mar e com uma ideia mítica do Império, cuja perda, a esmagadora maioria dos Portugueses não concebia.

As vozes dissidentes raramente ultrapassavam a perspectiva de alguma autonomia administrativa e económica. Nem as descolonizações do pós-guerra alteraram muito esta concepção, mesmo quando, na década de 50, se denotava já alguma turbulência latente.

Todavia, em 1948, o general Norton de Matos, candidato à Presidência da República pelas forças democráticas e nelas boicotado, teria com certeza mudado o rumo da nossa descolonização, assim como o general Humberto Delgado em 1958, como ainda o general Botelho Moniz que, em 1961, tentou derrubar Salazar.

Os restantes militares que foram passando pelas colónias (ditas com eufemismo províncias ultramarinas) sempre se apercebiam dos vícios ou das perversões da administração colonial, sem saírem da ideia corrente e errónea de uma pretensa missão civilizadora e da esperança em a ver melhorada. Os actos de rebeldia foram poucos e desamparados.

A condição militar. Se aos Portugueses em geral era difícil desfazer a mitologia do Império, a um militar profissional advinham razões acrescidas de não deitar para trás das costas uma saga que funcionava em termos de patriotismo e, menos poderia, mudar a deontologia com os primeiros tiros. O panorama só haveria de alterar-se com uma reflexão mais aguda, bem informada, e com uma confirmada ausência de soluções políticas consistentes, ajustadas.

Apesar dos comprometimentos evidentes e da colaboração mais ou menos tácita com o regime, pode-se dizer que havia poucos oficiais verdadeiramente fascistas nas Forças Armadas. Eram razões históricas por que Salazar ascendeu afastando os principais militares revoltosos do 28 de Maio. Olhou sempre de viés os militares e dominava o aparelho decapitando o topo com a escolha de generais submissos. Esta é uma diferença importante no fascismo português.

O movimento de ideias que brotou após Maio de 68 teve com certeza influência no pensamento militar, embora as consequências mais incisivas neste universo me pareçam de outra natureza:

Da invasão de Goa pela União Indiana que pôs a nu a mediocridade dos nossos meios, a par de um patético apelo à resistência por parte de Salazar que parece ter desejado um massacre para assim dar fraco pé a uma condenação internacional. Queria carne para canhão.

Das sucessivas derrotas dos exércios ocidentais na Indochina, na Argélia e no Vietname, com as necessárias ilações.

A guerra que a partir de 1961 se viria desencadear em três frentes africanas (Angola, Guiné, Moçambique), levaria ao rubro toda esta problemática. Se é verdade que a quase totalidade dos militares do quadro permanente encarava como um dever patriótico o restabelecimento da soberania em territórios devastados por massacres intoleráveis e demonstrasse

> O verdadeiro trunfo do Movimento foi a unidade alcançada a um nível que punha em causa a capacidade combatente do Exército e convém salientar que foi este o único Ramo das Forças Armadas que se empenhou a fundo na conspiração, no planeamento e na conduta das operações durante o dia 25 de Abril

ao longo de muitos anos uma boa competência, grande capacidade de sacrifício e adaptação no combate às guerrilhas, tornou-se por demais evidente que, apesar do tempo concedido e das condições minimamente favoráveis que alcançamos, o poder político continuava intransigente e incapaz de encontrar soluções apropriadas.

O Movimento dos Capitães. O primeiro sinal ocorreu com a oposição a uma tentativa de instrumentalização dos antigos combatentes por parte do governo e pouco depois uma reivindicação corporativa dos capitães relativa a promoções daria um primeiro toque a reunir. Isto tem levado a conjecturas e a conclusões precipitadas.

É natural que muitos capitães não partissem com a intenção clara de apear o regime e também é certo que nenhum contexto ideológico específico os aglutinava mas foi evidente desde logo que havia um desígnio político de vergar o governo em conteúdos de natureza militar e não só. Por isso se lhes juntaram alguns oficiais superiores que nada tinham com a questão corporativa e depressa a situação evoluiu para um propósito do derrube da ditadura.

«Foi na guerra que abri os olhos para a política» costuma dizer o Vasco Lourenço. Acredito que expressa uma situação comum à sua geração, alcançado de um modo muito directo e sintético, num tempo que deixara de contemplar os velhos mitos e já num plano de confronto sério pouco propício às ilusões.

O Movimento desenvolveu-se em quatro frentes quase simultaneamente, dinamizado por jovens oficiais de um modo muito enérgico e criativo.

É controverso o papel do general Spínola em todo este processo. Alguns querem-no ver como verdadeiro mentor do Movimento. É verdade que o general, nessa altura, tinha prestígio entre nós mas dada a sua personalidade também merecia algumas reservas. O facto é que não esteve directamente implicado no Movimento e, com ele ou sem ele, os que chegaram ao fim iriam sempre em frente. Uma coisa também parece certa,: a fama de estar connosco terá sido muito útil para conter alguns sectores.

O verdadeiro trunfo do Movimento foi a unidade alcançada a um nível que punha em causa a capacidade combatente do Exército e convém salientar que foi este o único Ramo das Forças Armadas que se empenhou a fundo na conspiração, no planeamento e na conduta das operações durante o dia 25 de Abril. Houve alguma conivência dos outros Ramos e algumas participações a título pessoal, mas ainda hoje não somos capazes de concluir em definitivo o que aconteceria se as coisas tivessem corrido mal.

A Acção Militar. A operação foi planeada e conseguida de modo a se desenvolver simultaneamente em todo o país , com algumas acções específicas, nomeadamente em Lisboa e no Porto, para onde convergiriam outras forças que consolidassem a ocupação. Nas peripécias que antecederam o desencadear da acção não se tinha conseguido mais do que a neutralidade da Marinha e da Força Aérea.

Os objectivos foram atribuídos com alguma antecedência para serem reconhecidos, mas houve alterações de última hora. A ocupação do Quartel do Carmo foi uma delas. Cabia ao meu Batalhão cercá-lo. A concretizar-se, o primeiro ministro não se teria refugiado lá e a festa teria sido outra e noutro sítio.

O Posto de Comando instalou-se discretamente no Regimento de Transmissões da Pontinha.

Os objectivos iniciais incluíam os Quartéis-generais de Lisboa e do Porto, o Aeroporto de Lisboa, Ministérios, estações de rádio e televisão, etc. Às 3 horas do dia 25 iniciou-se o movimento em direcção aos objectivos.

Tinha aderido ao Movimento em Angola, era major e um dos mais velhos entre os operacionais. Por isso, comemorei nessa madrugada os meus 42 anos, dirigindo o cerco do Rádio Clube Português que viria a ser a voz da Revolução e depois o cerco e ocupação do Quartel General que dificultou a reacção das forças fiéis ao governo e facilitou a entrada das nossas, nomeadamente as do Salgueiro Maia.

Na manhã do dia 25 o centro dos acontecimentos iria decorrer nas imediações da Praça do Comércio e depois no Largo do Carmo, tendo como grande protagonista o Salgueiro Maia a quem presto as minhas homenagens sentidas, bem como a Melo Antunes também já falecido e grande protagonista da acção política.

Apesar da festa, o dia não acabaria muito bem com os primeiros sintomas pouco tranquilizadores. Como sinal caricato, bastará dizer que tinha sido por nós detido um brigadeiro, por ordem do Posto de Comando, sendo ele nessa noite chamado à Junta de Salvação Nacional e a chefe do Estado Maior do Exército.

Conclusão. No 25 de Abril houve uma verdade muito simples: foi derrubada a ditadura. O feito deveu-se à tomada de consciência por uma geração de jovens oficiais do Exército, fazendo vingar o seu Movimento e levando-o às últimas consequências, isto é, a pegar em armas para instaurar um regime democrático.

Nesse mesmo dia acendeu-se um mito chamado «Programa do Movimento das Forças Armada», melhor dizendo, era um mito dentro de outro, o programa em si e o da multiplicação dos pães, todos ou quase todos eram bons rapazes.

O mito nunca é coisa simples, entra pela janela do imaginário, toma-nos conta do coração, dos sentidos, faz-nos vibrar, molda-nos o pensamento, une os homens na acção.

Bem me lembro de como fiquei encantado quando o li já depois da acção, pensando no que se traduzia à medida dos meus anseios. Ainda por cima sublimou-se naquela espantosa sigla dos «3D» que tudo tornava simples e claro como água. A utopia estava ali à mão de semear. A liberdade já estava nos carris, a fraternidade e a igualdade viriam a caminho.

O pós 25 de Abril nasceu assim à sombra deste mito tutelar como um grande novelo de onde cada um dos novos protagonistas puxava o seu fio.

De qualquer modo alcançamos o essencial das intenções iniciais, isto é, assegurar que o nosso sistema político se regesse a partir de um axioma chamado Liberdade. ■

Associação

Foro Milicia y Democracia

VASCO LOURENÇO

OS MILITARES espanhóis que pertenceram à Unión Militar Democrática (UMD) decidiram fundar uma associação cívico/cultural (Foro Milicia y Democracia – FMD), *com vista à defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos, como sistema de valores essenciais para a sociedade espanhola, velando para que se integrem e mantenham nas Forças Armadas, na qualidade de regras morais institucionais.*

Outros fins do FMD *a defesa dos militares que, por se manterem fiéis a esses valores, se vejam discriminados ou perseguidos; a reconstituição da memória histórica espanhola, através da difusão pública das actividades, das motivações e dos objectivos da UMD, desde a sua fundação até à sua dissolução (1974-1977), bem como de todos os militares espanhóis que, ao longo da História, lutaram por esses valores; contribuir para o estudo do papel das Forças Armadas Espanholas, especialmente na transição para a Democracia, bem como no futuro.*

Passados 26 anos sobre a autodissolução que os membros da UMD promoveram, face à aprovação de uma Constituição democrática, os nossos amigos sentiram ser necessário congregar esforços que lhes permitam uma intervenção na vida democrática. Obtiveram a adesão de outros democratas espanhóis, de que gostaria de salientar o *capitão de Abril honorário*, Raul Morodo, antigo embaixador de Espanha em Portugal, e optaram pela fundação de uma associação que poderemos considerar de teor semelhante ao da Associação 25 de Abril.

Na sequência das óptimas relações que sempre mantivemos, convidaram-nos para estarmos presentes no acto da sua apresentação pública, em Madrid.

Comparecemos com uma delegação constituída pelo presidente e vice-presidente da Direcção, Vasco Lourenço e Falcão de Campos, pelo vogal da Direcção Aprígio Ramalho e pelo sócio António Palma.

Foi uma jornada de entusiasmante convívio, onde a delegação da A25A foi extraordinariamente bem recebida.

Transcrevemos a mensagem enviada ao FMD, que publicaram no n.º 1 do seu boletim:

«Os militares de Abril, orgulhosos da acção libertadora que protagonizaram em 25 de Abril de 1974, sentem-se ainda mais realizados por considerarem que o seu acto teve influências, mais ou menos decisivas, na libertação e democratização doutros povos. Em primeiro lugar, consideramos que a evolução pacífica para a democracia em Espanha só foi possível porque existiu o 25 de Abril.

Como militares democratas foram-nos altamente gratificantes as relações que mantivemos com os camaradas de armas da UMD, que nos permitiram acompanhar como essa patriótica organização influenciou decisivamente a já referida transição pacífica para a democracia. Por isso, condenamos fortemente a maneira inaceitável como a democracia espanhola vem tratando os membros da UMD, recusando a sua plena reabilitação.

Em boa hora, quiseram constituir uma Associação cívica e cultural, que continue a defesa dos valores e dos ideais que levaram alguns militares à constituição da UMD;

Como associação irmã, mais velha, que continua pugnando pelos valores do 25 de Abril, a Associação 25 de Abril dá as boas vindas ao Foro Milicia Y Democracia e formula votos sinceros de um total sucesso.

Um abraço amigo para todos

Vasco Lourenço»

Renovando os nosso votos de felicidades, ficamos fazendo força para que isto seja um facto. ■

Mesa que presidiu à apresentação pública do Foro Milicia y Democracia, em Madrid

Debate Sobre o Futuro d

A futura constituição da Europa deverá ou não conter referências explícitas às raízes cristãs do continente? Afinal, o que sabem os europeus da Europa e o que de essencial retém das recentes evoluções que nos conduzirem ao alargamento anunciado? E os Portugueses? Como percepcionam eles a Europa? Infelizmente, a ideia que se tem é a de que a posição dos Portugueses não difere muito da assumida por outros cidadãos de qualquer dos estados membros. Olha-se a Europa com simpatia mas... à distância. O que o mesmo é dizer não consomem a informação e por isso não a criticam, ou seja, fazem uma vida à margem como se a Europa não fosse com eles, connosco. O que diz a proposta para a futura constituição da Europa? Não falamos do cidadão anónimo, mas

Arquivo - Comissão Europeia

Arquivo - Comissão Europeia

A Civitas propõe com urgência e prioridade. Que os cidadãos assumam as suas próprias responsabilidades na nova etapa inaugurada pela Convenção sobre o Futuro da Europa e que no exercício de cidadania que a Convenção reconheceu como força legitimadora das novas instituições da União, em pé de igualdade com os Estados, se envolvam directamente no processo de ratificação do Tratado Constituinte.

Conhecer as propostas concretas formuladas, reflectir sobre as opções que enfrentamos, participar activamente na troca de saberes e no confronto opiniões sobre o futuro que ambicionamos para a Europa e para o Mundo, colocar o nosso destino no terreno lúcido da Democracia, é um serviço que prestamos:

1. à afirmação de Portugal, como velho país europeu, pioneiro do Mundo Global, tal como o definiu Torga: «Uma antena da Europa a receber a voz do longe que lhe quer falar.»;
2. à democracia participativa que é instrumento indispensável para garantir um debate esclarecedor e para corresponsabilizar os cidadãos e os seus representantes eleitos, na construção europeia;
3. para evitar que os governos dos estados membros sistematicamente se apropriem dos méritos das políticas comunitárias e sistematicamente responsabilizem Bruxelas pelos seus insucessos e dificuldades, minimizando a Democracia e corroendo a prestação de contas que, assumindo os seus próprios riscos, devem aos eleitores;
4. ao Debate sobre a Europa, que não queremos ver reduzido a um regateio de fundos; não queremos estar na Europa como indigentes sem um Sentido de Vida, mas sim assumir plenamente o projecto de uma Europa democrática, sábia e pacífica que há séculos palmilha o caminho da Solidariedade;
5. à interiorização dos valores que nos permitiram resistir à corrosão do Fascismo e nos formaram no sentido do Serviço Público e Fraterno que se exprime no nosso singular modelo social. Hoje, sob a ameaça cega de drásticas restrições financeiras, é de redobrada importância valorizarmos socialmente, e não apenas escolarmente, os gravíssimos problemas das várias iliteracias que diariamente crescem à custa do esbanjamento dos dinheiros públicos, da fragilidade crescente da responsabilidade social, e da falta de empenho social nos actos que praticamos.

Constituição para a Europa. A Convenção sobre o Futuro da Europa superou as limitações e a opacidade inerentes à metodologia tradicional das conferências intergovernamentais, combinando a representação dos governos, com as representações parlamentares europeia e nacionais, numericamente predominantes, e adoptando um modo de funcionamento aberto e transparente, mobilizador da iniciativa das organizações da sociedade civil e dos cidadãos, indispensável à legitimação do projecto europeu. A experiência da elaboração da Carta dos Direitos Fundamentais pela Convenção precedente, inspirou o procedimento constituinte em curso, promovendo um entendimento comum e actual sobre os valores fundacionais da União Europeia e demonstrando a superioridade da confrontação plural das ideias e da participação alargada do público como método para a construção dos consensos indispensáveis ao sucesso da reforma das instituições e, sobretudo, condição da emergência de uma autêntica cidadania europeia.

Carta dos Direitos Fundamentais juridicamente vinculante. A Convenção sobre o Futuro da Europa incorporou a Carta dos Direitos Fundamentais em lugar adequado no tratado constituinte para lhe conferir o estatuto jurídico apropriado e dotar os direitos previstos nas suas normas da garantia jurisdicional de que carecem

a Europa

enfim o médio com interesses e responsabilidades sociais e políticas já terá passado os olhos pelo texto? Para os interessados deixamos aqui uma pista: podem aceder ao texto através deste endereço: http://www.cijdelors.pt/temas/convencao/cv00850.pt03.pdf. A questão está na ordem do dia. Com referendo ou sem ele a reflexão sobre o futuro da Europa é um imperativo urgente de cidadania a que a Associação 25 de Abril não se furta. Por isso, nesta edição de *O Referencial* lançamos o tema e abrimos ao debate estas e outras páginas de futuras edições. Assim entendam participar os nossos leitores e associados. Para já reproduzimos três textos: Manifesto CIVITAS e os depoimentos de Luís Moita e de José Manuel Pureza

(art.7º, 1). A incorporação da Carta, preservando o seu conteúdo integral e a árdua construção de consensos que nela cristalizou, dotará a União do mais avançado instrumento internacional de protecção dos Direitos Humanos quer na resposta aos novos desafios colocados pelo desenvolvimento científico e tecnológico quer na conjugação original dos direitos herdados da tradição política liberal com os imperativos de solidariedade emergentes do modelo social europeu (Parte II).

Uma legitimidade fundada nos Direitos Humanos. Superada a falta de personalidade jurídica que a prejudicava (art. 6º), é chegado o momento de promover a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (art. 7º, 2). A constitucionalização dos Direitos Fundamentais, na dimensão universal e indivisível que a Carta lhes reconheceu, coloca os valores da dignidade humana no centro do projecto político europeu, subordinando os progressos nas políticas de defesa e segurança às garantias dos cidadãos e reforçando a coerência entre as políticas de direitos humanos da União, no espaço interno e no plano das relações externas. Neste sentido, destaca-se o reforço do papel dos parlamentos nacionais no controlo da cooperação policial e judiciária (art.41º, 2), e a previsão de sanções contra qualquer Estado membro que viole de forma «grave e persistente» os valores da União (art. 58º).

Uma Europa solidária com os povos do mundo. A afirmação dos Direitos Humanos num Mundo globalizado exige das democracias uma resposta cabal à hegemonia da globalização económica e financeira. Enquanto instrumento de uma Europa que se pretende «espaço privilegiado de esperança humana» (preâmbulo), a criação de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia é um passo da maior importância para a afirmação internacional dos valores do «respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito, e do respeito pelos direitos humanos» (art. 2º).

Um Discussão inadiável. O projecto de tratado constitucional apresentado ao Conselho Europeu reunido em Salónica, a 20 de Junho de 2003, é um passo significativo para a construção de uma Europa mais democrática e transparente que se rege pelo Princípio da Democracia Representativa (art. 45º) e onde, pela primeira vez, se admite a oportunidade da iniciativa legislativa dos cidadãos (art. 46º). Por isso, torna-se inadiável a organização de um debate que proporcione o mais amplo conhecimento em Portugal sobre as opções que actualmente nos confrontam, condição para um empenhamento consciente e responsável de todos os cidadãos na construção de um comum projecto europeu.

Lisboa, 24 de Setembro de 2003
A Direcção Nacional da CIVITAS

Responsáveis: Helena Cidade Moura
e Pedro Bacelar de Vasconcelos
(aprovado em Coordenadora Nacional, presentes: Civitas Aveiro, Civitas Braga, Civitas Cascais, Civitas Lisboa, Núcleo Porto, Civitas Sintra, Civitas Viseu) ■

A constitucionalização dos Direitos Fundamentais, na dimensão universal e indivisível que a Carta lhes reconheceu, coloca os valores da dignidade humana no centro do projecto político europeu

Debate Sobre o Futuro da Europa

Arquivo Comissão Europeia

Apontamentos sobre a Constituição Europeia

LUÍS MOITA

NO MOMENTO em que escrevo estas notas, predomina a incerteza acerca do projecto de Constituição (ou de Tratado Constitucional) para a União Europeia. O fracasso da recente Conferência Intergovernamental deixa em aberto o destino desse documento, fruto da Convenção e objecto de controvérsia entre os governos e as opiniões públicas. A incerteza domina também a possibilidade do reforço da legitimação democrática dessa possível Constituição, na medida em que grandes dúvidas pairam sobre as possibilidades de realizar referendos. No caso português, ao contrário do que foi prometido, todas as dificuldades parecem convergir para impedirem que o referendo sirva de teste ao apoio popular a esta importante transição.

Uma das questões mais interessantes suscitadas por esta crise do processo de construção europeia pode formular-se interrogativamente nestes termos: o que agora prevalece na Europa é o espírito cooperativo e o desejo de integração ou, pelo contrário, retornou em força a lógica das potenciais e dos «egoísmos» nacionais?

Diversos indícios parecem apontar nesta segunda direcção e alguns certamente pensam que essa lógica das potências sempre esteve presente, mesmo quando se encobria com o discurso da cooperação entre os povos e da coesão social. O litígio entre os subconjuntos liderados respectivamente pela dupla França/Alemanha e pela dupla Espanha/Polónia teria o condão de manifestar à luz do dia a própria natureza das contradições que estão em causa. O fantasma do «Directório» das principais potências continua a assombrar as negociações, para já não falar do predomínio da dinâmica intergovernamental, em detrimento da dinâmica comunitária. E se esta tendência se confirmar, ela não faz mais do que seguir a corrente da actual «atmosfera» internacional. A crise do multilateralismo parece ter-se instalado, como reacção em cadeia ao estilo de hegemonia praticada pela Administração norte-americana.

Mas uma tal lógica será sustentável sem pôr em perigo a própria existência da União Europeia? A verdade é que a UE se constituiu como um espaço económico alargado, sustentado em instituições políticas relativamente desacreditadas (posições contra os «burocratas» de Bruxelas, Parlamento Europeu muito distante dos cidadãos, ausência de posições comuns no domínio da política externa e mesmo profundas divisões em momentos cruciais…). Tal situação é claramente negativa, porque o espaço económico supõe uma instância política de regulação: o Tratado constitucional não tem a mera utilidade de pôr alguma ordem na montanha de normas estabelecidas, significa sobretudo um importante passo em frente na direcção da «Europa política», a Europa das soberanias partilhadas.

Pessoalmente creio que vamos cada vez mais assistir a diversas velocidades nessa Europa: o alargamento a 25 vai provocar inevitáveis diferenças de ritmo na participação dos vários países no projecto europeu. Já hoje o euro não é moeda única dos 15. A geometria variável poderá impor-se. Mas esta possível inevitabilidade não se opõe à necessidade de uma Constituição: precisamos de regras do jogo aceites por todos e instituições comuns onde seja claro qual o poder de cada instância.

Prevalência da Constituição europeia sobre a Constituição portuguesa? Por que não? A portuguesa restringe-se ao nosso espaço de cidadania, a europeia é também nossa, mas reporta-se a um espaço mais alargado onde é normal acatarmos regras comuns.

Reservas quanto a um referendo em Portugal? Medo de que o reflexo nacionalista ponha em causa o desígnio da integração? Não creio que haja razões para reservas ou receios. A validação democrática da nova Europa exige consulta popular. ■

Prevalência da Constituição europeia sobre a Constituição portuguesa? Por que não? A portuguesa restringe-se ao nosso espaço de cidadania, a europeia é também nossa, mas reporta-se a um espaço mais alargado onde é normal acatarmos regras comuns

É um projecto de algum modo paradoxal: demasiado frouxo nos domínios em que se impunha que fosse forte; demasiado fechado nos domínios em que se recomendava abertura.

Uma Constituição mas não esta

JOSÉ MANUEL PUREZA*

É NECESSÁRIA uma constituição para a Europa. Mas esta constituição europeia é má demais para ser aceite.

É necessária uma constituição europeia porque é urgente uma refundação democrática da UE. A densidade da integração económica atingida no espaço europeu faz dele um Mercado único mas desacompanhado de instituições de governação democraticamente legitimadas e da primazia de uma cultura de cidadania arrimada em direitos e deveres que honrem a tradição dos direitos humanos e que, por isso, vão muito além da consideração das pessoas como factores de produção.

É necessária uma constituição europeia para dar forma à realidade. A UE é hoje uma federação de facto, onde – como demonstra o recente episódio do incumprimento franco-alemão do Pacto de Estabilidade – impera um directório de facto. A esta lógica "factualista" importa sobrepor uma lógica de regulação pública e transparente que dote a União de uma tecitura normativa e institucional capaz de estabelecer balizas fortes para a dinâmica de integração e para as políticas integradas. Isso tem um nome: é «constituição».

É necessária, enfim, uma constituição europeia porque o alargamento ao centro e leste do continente, se não assentar num código claro e imperativo de bases de identidade política intransponíveis, arrisca-se a provocar uma descaracterização internacional inquietante da UE, de algum modo antecipada pelo generalizado alinhamento dos novos membros com as posições mais belicistas no quadro da Guerra preventiva contra o Iraque, sem a mínima preocupação de concertação com os parceiros da UE.

É, pois, necessária uma constituição europeia. Uma constituição forte e de sentido assumidamente refundador, que rasgue o terreno do futuro através de opções políticas e institucionais nítidas e arrojadas. Ora, nada disto se verifica no projecto de Constituição Europeia que está diante de nós.

Arquivo Comissão Europeia

É um projecto de algum modo paradoxal: demasiado frouxo nos domínios em que se impunha que fosse forte; demasiado fechado nos domínios em que se recomendava abertura.

Uma constituição – e o actual projecto assume sê-lo, ou não consagrasse a sua superioridade hierárquica relativamente às constituições nacionais dos Estados membros – só é democrática se for elaborada democraticamente. Não é manifestamente este o caso. A Convenção para o Futuro da Europa, presidida por Giscard d'Estaing, foi um caricatural exercício de poder pessoal e a CIG que se lhe seguiu foi a esperada barganha entre Estados. Em nenhum momento os cidadãos da União exprimiram (ainda que por interpostos representantes directos) as suas perspectivas. E, a não haver referendo em tempo útil – o que se afigura claro já entre nós – o processo de constitucionalização ficará gravemente eivado de falta de genuinidade democrática.

Por outro lado, este projecto de constituição é politicamente decepcionante. O que nele vai transportado é a constitucionalização das actuais políticas de recorte neo-liberal adoptadas pela UE. Constitucionaliza-se o que está, sem ter a coragem de incluir no acervo constitucional originário referências elementares como o rendimento mínimo europeu, a garantia de services públicos pan-europeus, a inclusão do emprego como horizonte das políticas sociais e económicas da União, o standard de cidadania dos imigrantes, etc., etc.. Constitucionalizar o que está é, pois, encurtar ainda mais a margem de escolha política dos povos europeus. E isso é social e politicamente insustentável.

Finalmente, no plano institucional – como a CIG deixou transparecer – cristaliza-se uma construção muito aquém do que uma refundação democrática da UE exigiria. Mantém-se o escândalo de um Parlamento Europeu menorizado na sua acção institucional democrática, ratifica-se formalmente a distância entre directório das potências e periferia política, enfeuda-se a PESD à NATO.

Esta constituição não é aquela que uma Europa democrática, progressista e ciente do seu papel estratégico de potência civil equilibradora dos sistema internacional contemporâneo exige e merece. ■

* *(Coordenador da Licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)*

Cruz Vermelha: um movimento sem ostentação

JOSÉ COSTA-PEREIRA

PRODUTO da fértil imaginação e espírito solidário do jovem genebrino Henry Dunant, o movimento da Cruz Vermelha volta a dar que falar , ante o rescaldo do Afeganistão e da intenção abusiva no Iraque das Forças Armadas inglesas e dos Estados Unidos.

Efectivamente, o movimento, nascido em tórrido dia de Agosto de 1859 em Solferino, pequena localidade do nordeste de Itália nos arredores de Brèscia e no decorrer de sangrenta batalha em que se opuseram forças austro-húngares e francesas, não é pródigo em permanentes aparições que alguns utilizam na ânsia dum protagonismo nem sempre útil e meritório.

Aparece a Cruz Vermelha efectivamente de forma pouco ostentativa e na programação de acções de emergência a nível logístico – humanitário ou na vertente da área do Direito com tal designação (Direito Internacional Humanitário) de que é importante mentor. É este um dos seus lemas.

Logo, a permanente preocupação que o Comité Internacional (um dos esteios da Cruz Vermelha Internacional) tem dedicado, com afã, quanto às condições dos detidos de Guantanamo para que se cumpram, pelo governo dos Estados Unidos, as disposições e normas das Convenções de Genebra e dos respectivos Protocolos Adicionais, vem demonstrar a firmeza que o movimento imprime, secundado pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, um outro dos seus esteios.

Contrariamente aquilo que erradamente se noticia, a Cruz Vermelha Internacional não é no sentido unitário do termo, uma organização, mas outrossim uma acção, enquadrada pelo C.I.C.R. (Comité Internacional da Cruz Vermelha), FISCVCV (Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho), pelas sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho espalhadas

pelo mundo e pelos países signatários das Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais.

Também a acção actualmente exercida no Iraque demonstra bem a grande preocupação da Cruz Vermelha no que respeita não só a prisioneiros de guerra, como também às respectivas populações, sejam curdos, sunitas ou de qualquer outra origem étnica ou religiosa.

As sociedades nacionais, não obstante estarem um tanto ou quanto limitadas pelo respectivo poder político dos países em que se encontram inseridas, não deixam, no entanto, de exercer a sua pressão junto desse mesmo poder, seja, por exemplo, a Cruz Vermelha Americana, o Crescente Vermelho do Koweit, ou a Magen David Adom (designação israelita para a respectiva sociedade da Cruz Vermelha).

Aliás, e como curiosidade, devemos referir, facto pouco conhecido, que aquando da detecção de certos excessos alegadamente cometidos pelas Forças Armadas portuguesas na guerra colonial pela sede do movimento em Genebra a Cruz Vermelha Portuguesa exerceu uma acção, (dentro das óbvias limitações) junto do governo de então, no sentido de uma clarificação e da correcção dos comportamentos considerados inadequados.

E tal princípio é sistematicamente seguido, desde sempre, por todas as sociedades nacionais existentes no mundo.

Não temos dúvidas de que a Cruz Vermelha Americana estará dando o seu contributo no sentido correcto perante as actuações irresponsáveis e excessivas do actual Governo dos Estados Unidos.

De ponderar, no entanto, que a acção do movimento com base no Direito Internacional, este não coercivo, obriga a um bom senso e serenidade, de molde a não se eliminar o diálogo, verdadeira trave mestra da resolução dos problemas criados com tais situações.

Desta maneira, sem ostentações, sem reflexos nas primeiras páginas dos órgãos de in- formação e com a pouca divulgação das suas actuações, o movimento, segue na sua rota Humanitária, não alinhando em rompantes de fraca consistência, estes ao serviço, não raro, de uma notoriedade forçada.

Voltaremos a este assunto. ■

**Ex-Delegado da Cruz Vermelha Internacional*

Excursão Turística

a

Viena – Budapeste
Praga – Auschwitz
Varsóvia

No seguimento da viagem organizada pela A25A a Cuba, estamos a planear uma excursão às capitais (e não só) de alguns países da Europa Central e de Leste, a ter lugar em Maio de 2004, com uma duração de 11 a 12 dias.

Proximamente, estarão disponíveis o programa e o preçário, pelo que os interessados deverão contactar a Secretaria da Associação para mais notícias.

Comunicação

O 25 de Abril – Momento fundador da Lusofonia*

MONTEIRO VALENTE

O 25 DE ABRIL, ao promover uma viragem democrática em Portugal e ao devolver a liberdade e a cidadania ao povo português, criou, simultaneamente, as condições para a conquista da soberania pelos povos colonizados por Portugal em África, de uma forma honrosa para ambas as partes em conflito e no respeito pelas suas identidades próprias, sem rupturas políticas e sem quebra do património cultural comum construído e desenvolvido ao longo de séculos de vivência conjunta, embora em posições diferentes.

Desde a segunda metade do século XX, para «Estado Novo», o colonialismo era a última base material da sua reprodução ideológica e, como escreveu Boaventura de Sousa Santos, «à medida que o regime se apoiava no colonialismo, o colonialismo apoiava-se na guerra. Na sua fase derradeira, o regime era pouco mais que a sua guerra. Perante ela, encontrava-se numa posição de total impasse: impossibilitado de ganhar a guerra, o regime estava também impossibilitado de a perder».

Para os «Capitães de Abril» não restavam quaisquer dúvidas de que o regime aceitaria melhor uma derrota militar que uma derrota política. O caso do então designado «Estado da Índia» estava-lhes bem vivo ainda na memória.

Por isso mesmo, desde a sua formação o, ainda, «Movimento dos Capitães» assumira convictamente a ideia de que a democratização do país e a manutenção das suas colónias eram situações incompatíveis, ou seja, a reconquista da liberdade pelos portugueses não poderia deixar de ser acompanhada da autodeterminação e independência dos povos colonizados.

O Programa do Movimento das Forças Armadas formalizou este ideário de libertação anunciando, desde logo, o «lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz», fórmula de compromisso encontrada entre as principais tendências que, então, coexistiam no Movimento, mas que, apesar de pouco clara, não deixava dúvidas quanto à intenção real que lhe estava subjacente. A moção do MFA da Guiné, de 1 de Julho de 1974, ao exigir que o Governo Português «reconheça imediatamente e sem equívocos a República da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação e independência dos povos de Cabo Verde» é, em si mesma, bem paradigmática quanto aos verdadeiros desígnios do Movimento das Forças Armadas nesta matéria crucial.

A clarificação dos seus autênticos propósitos surge três meses após o 25 de Abril, com a publicação da Lei N.º 7/74, de 27 de Julho, pela qual Portugal reconhece oficialmente o direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência.

No discurso então proferido pelo Presidente da República, general António de Spínola - não discutindo qual o seu pensamento sobre a matéria - este aproveitou o momento para lançar formalmente o desafio da Lusofonia, ao apelar para que «a língua comum que falamos e quanto de bom houve em cinco séculos de convivência, sejam a garantia de que se manterão, ao longo do tempo, os laços de amizade que lhes não negaremos. E que cultivem, sem prejuízo de individualidade própria, os traços tão profundamente humanos dessa maneira lusíada de estar no mundo».

O 25 de Abril constituiu, claramente, o momento do despertar da Lusofonia. Esta comunidade lusófona que hoje se encontra firmemente edificada, só foi possível porque, com o 25 de Abril, se assumiu oficialmente que a solução das guerras coloniais era política e não militar, princípio que a França não soube reconhecer a tempo, quer na Indochina quer na Argélia, o que conduziu aos seus desastres militares naquelas, então, suas colónias, à ruptura política e à erradicação da língua francesa entre os novos povos independentes.

Não fora o 25 de Abril e a reinstitucionalização da democracia em Portugal esse seria, seguramente também, o caminho da descolonização portuguesa em África. Mas os «Capitães de Abril» haviam aprendido a tempo essas lições, bem como a do ex-Congo Belga e, mais contemporaneamente, a dos Estados Unidos da América no Vietname. O tempo perdido por Portugal e os extremos a que chegara a guerra colonial em todas as partes em conflito também não permitiam já outra qualquer solução. Só porque o 25 de Abril possibilitou que colonizadores e colonizados conquistassem simultaneamente a liberdade, foi possível o reencontro de todos em torno da lusofonia, como expressão cultural comum na diversidade das identidades e das culturas próprias de cada um dos oito povos que integram hoje Comunidade Lusófona, diversidade que em vez de a fragilizar a enriquece, da mesma forma como o Ocidente beneficiou, entre outras coisas, da sua posição de encruzilhada de inúmeras correntes culturais.

Em suma, sem prejuízo da existência anterior de literaturas africanas coloniais e anticoloniais de língua portuguesa, só se poderá verdadeiramente falar de lusofonia, enquanto expressão cultural de uma mesma comunidade, que hoje integra «oito povos - oito nações» independentes, num contexto de completa liberdade e autêntico diálogo entre culturas afins. Por isso mesmo o 25 de Abril foi o momento fundador da lusofonia. ■

** Primeira parte da comunicação apresentada pelo autor, em 11 de Outubro de 2003, na mesa redonda sobre "O 25 de Abril e a construção da Lusofonia", inserida no Congresso de Literaturas Africanas - Língua Portuguesa "5 Povos – 5 Nações", promovido pelo Instituto da Língua e Literatura Modernas, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.*

Restaurante

Novo concessionário em Janeiro

VASCO LOURENÇO

O RESTAURANTE da nossa sede mudou de concessionário.

Por razões de natureza pessoal do principal responsável da PRO25, esta empresa encerrou as suas actividades.

Deixando, aqui, a expressão do nosso reconhecimento pela acção da PRO25 na sua colaboração com a A25A, manifestamos a esperança em que o restaurante volte a adquirir a qualidade que teve no início da sua actividade.

Confiamos em que os novos concessionários façam jus à qualidade que praticam no seu restaurante, O Consenso.

A partir do dia 19 de Janeiro, voltaremos a ter o restaurante a funcionar. Uma boa relação qualidade/preço é indispensável para que ele continue a funcionar como elemento fundamental na dinamização da nossa vida associativa.

Por isso, esperamos que a frequência dos associados e respectivos convidados volte, em força.

Contamos com todos! ■

Coimbra

Literaturas Africanas – 5 Povos 5 Nações

NO ÂMBITO do Congresso Internacional de Literaturas Africanas (Língua Portuguesa) – 5 Povos 5 Nações, uma organização da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e da Capital Nacional da Cultura 2003, a A25A, através da Delegação do Centro, realizou no dia 11 de Outubro, uma mesa redonda de encerramento do mesmo, para debate do tema «O 25 de Abril e a construção da Lusofonia: uma perspectiva cultural».

A mesa redonda, que teve lugar no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, foi presidida por Vasco Lourenço, tendo nela participado pela A25A, para além do seu presidente da Direcção, o presidente da Assembleia Geral da Delegação do Centro, professor doutor Rui Alarcão, os consócios Pezarat Correia e Monteiro Valente. Este último apresentou uma comunicação que é objecto de publicação neste número.

Pela organização do Congresso tomaram parte na Mesa o professor doutor Rui de Azevedo Teixeira, como moderador, Carmen Lúcia Tindó Secco, Francisco Noa, Irene Guerra Marques e Virgílio A. Vieira.

O Congresso extravasou os muros da Universidade, tendo chegado também a algumas escolas secundárias da cidade de Coimbra, o que constituiu o maior acontecimento cultural sobre literaturas africanas de língua portuguesa das duas últimas décadas, já que desde 1984, organizado em Paris pela Fundação Calouste Gulbenkian, não se tinha visto uma reunião com esta amplitude.

Quase três décadas decorridas sobre aquele que é o acontecimento mais marcante da nossa história contemporânea – o 25 de Abril de 1974 –, «passados 150 anos sobre o aparecimento do primeiro livro impresso na África colonial portuguesa e findo o século XX, com o desabar do sistema colonial, mais de um quarto de século de independências» foi chegado o momento de fazer um balanço sobre os cinco novéis literaturas de língua portuguesa. ■

Ricardo Maria Riça da Silva

O «Riça» morreu!

A NOTÍCIA CHEGOU BRUTAL, sem preparação, na segunda-feira 5 de Janeiro. Na quinta-feira anterior tinha-o visto como sempre no seu gabinete de trabalho na Sede, igual ao Riça de sempre. O seu aspecto jovem e o facto de nunca se queixar de problemas de saúde tornaram a notícia ainda mais surpreendente.

No próprio dia em que faleceu, lá esteve no seu posto de trabalho e foi só após muita insistência que se deixou convencer a ir ao Hospital da Estrela ver o que lhe provocava aquela dor no peito que o preocupava desde alguns dias atrás. E mesmo assim, não quis que alguém o acompanhasse, lá foi sozinho, em transporte público, para o que seria o seu último percurso pela cidade.

Este comportamento define bem a personalidade do Riça. Sempre discreto, pondo à frente de tudo o trabalho, mesmo com sacrifício da saúde.

Foi com surpresa que muitos souberam que o Ricardo, como era familiarmente tratado pela grande maioria dos associados da A25A, acabava de completar 70 anos em 1 de Janeiro e que pequenos pormenores só conhecidos dos que com ele privavam diariamente apontavam para algo de menos normal na sua saúde.

Perdeu assim a A25A um dedicado e fiel colaborador, que tendo integrado a Direcção até 2000, conservava desde então as funções que sempre desempenhara, isto é, aquelas relacionadas com a movimentação no dia a dia dos dinheiros da Associação e, em particular, com a gestão do estado da quotização dos associados. Era esta função que o tornava conhecido da maioria dos associados e era aquela que fazia dele uma peça indispensável na gestão da A25A. Quando se queria saber algo sobre a situação de qualquer associado impunha-se o recurso ao Riça, que impecavelmente tinha sempre a resposta desejada.

No fundo, o sargento-ajudante na situação de reforma Ricardo Maria Riça da Silva, malgrado a sua particular resistência à utilização das novas tecnologias, tinha trazido com eficiência para a sua colaboração diária na A25A, o melhor que a Marinha lhe tinha ensinado na sua carreira militar, isto é, a enorme dedicação ao serviço e a extrema meticulosidade no exercício da sua actividade, aquilo que se pode traduzir na sua especialização como o amor pelas contas certas ao cêntimo, em que os abonos para falhas se tornam desnecessários!

É pois com grande tristeza que vamos sentir a falta do Ricardo, sempre presente, discreto e eficiente.

Até sempre, camarada!

A Direcção ■

Delegação do Norte faz história

Projecto de história oral. Decidiu finalmente esta Delegação meter ombros a um projecto que já há muito tempo perseguia, ao qual por circunstâncias de limitação de meios humanos e financeiros, não tinha conseguido ainda dar corpo.

Trata-se de reconstruir o processo do protagonismo na conspiração, execução e prossecução da revolução do 25 de Abril de 1974, na região norte do país.

Assim, decorre neste momento uma sequência de entrevistas áudio/vídeo gravadas com alguns dos protagonistas locais mais relevantes desse processo, conduzidas por pessoas devidamente qualificadas para o efeito, o que permitirá no seu conjunto construir a História do 25 de Abril aqui no Norte.

CDIAL (Centro de Documentação e Informação Abril e a Liberdade). O CDIAL, órgão de consulta da Delegação do Norte da A25A, após a reunião e catalogação de uma biblioteca temática sobre o 25 de Abril de 1974, causas e consequências directas, em que reuniu algumas centenas de publicações relacionadas na página da A25A na Internet e consultáveis localmente, quer começar a explorar outra área, a da Documentação.

Nesse sentido apela-se a todos os sócios, apoiantes e simpatizantes da A25A e do 25 de Abril, a sua colaboração, doando ou de qualquer outra forma disponibilizando a este Centro os seus espólios documentais.

Pensamos que esta iniciativa, em conjunto com o Projecto de História Oral referido noutra peça em separado, constituem o caminho de futuro para o cumprimento dos objectivos da nossa Associação.

31 de Janeiro de 2004. Para além do alto significado que a efeméride tem para o país e nomeadamente para a cidade do Porto, será de salientar que nesta data cumpre 20 anos a Delegação do Norte da nossa Associação.

Apesar de todas as dificuldades e limitações que enfrentou até hoje, pensamos que pode este órgão da associação ter a consciência tranquila do dever cumprido.

Nem só as grandes iniciativas engrandecem quem as produz, porque bem mais difícil é normalmente a gestão do seu quotidiano e a sua implantação embora lenta, mas credível, nas suas actividades e comportamentos.

Grangeamos muitos amigos e o respeito da sociedade civil local, de quem nos tornamos parceiros fundamentais e de referência para inúmeras actividades aqui no Norte do país e fundamentalmente na cidade do Porto.

A muitos apoiamos e auxiliamos e de outros tantos recebemos apoio e auxílio, sempre na perspectiva de comunhão dos ideais de Abril, de maior solidariedade e fraternidade entre todos.

Apesar de muitos escolhos e desilusões pelo caminho, feito o balanço, achamos que valeu a pena.

Por último, o nosso respeito e admiração para todos aqueles, e não foram muitos, que sonharam, puseram de pé e deram corpo a este bastião da A25A aqui no Norte do país. ■

Actividades no Fórum

EXPOSIÇÃO de trabalhos de vídeo elaborados pelos alunos da Escola Maumaus que foi inaugurada a 2 de Junho e esteve patente até 29 do mesmo mês.

No dia 10 de Julho, apresentação do livro «As Duas sombras do rio» da autoria de João Paulo Borges Coelho e no dia 17 apresentação da obra de Luís Fernando «A Saúde do Morto».

A 3 de Setembro teve lugar uma conferência organizada, em colaboração com o Conselho Português para a Paz e Cooperação, evocativa do início da II Guerra Mundial.

Hélio Cunha apresentou os seus trabalhos pictóricos entre 17 e 29 de Novembro de 2003

Os 30 anos da morte de Salvador Allende foram lembrados em debate ocorrido dia 11 de Setembro.

Foi inaugurada em 23 de Outubro uma exposição de desenhos de Nuno Pinto Coelho que esteve aberta ao público até 31 de Outubro.

Isabel Carreira expôs entre nós as suas obras de pintura entre 3 e 15 de Novembro.

A 20 de Novembro ocorreu o lançamento do livro do nosso associado José Dias «Cidadania activa, mais e melhor democracia».

A 3 de dezembro foi aberta ao público a exposição de pintura de Jorge Veigas «Lisboa e o Tejo».

Podemos divulgar que está prevista a seguinte actividade:

Debate sobre «Reforma administrativa e reforma do Estado», que será apresentado pelo dr. João Vargas Moniz, dia 17 de Fevereiro, em hora a anunciar. ■

Panorâmica da exposição de Jorge Veigas, patente no Fórum 25 de Abril, de 3 a 20 de Setembro de 2003

Ofertas recebidas na Direcção

No último trimestre, a Direcção da Associação 25 de Abril recebeu as seguintes ofertas:

Livros «Portugueses vol IV, V, VI» de Jorge Sampaio, oferta do associado Vitor Alves.

Livros «Uma noite na guerra» de Carlos Coutinho, «Memórias de um prisioneiro de guerra» de António Júlio Rosa e «Capital Mueda» de Jorge Ribeiro, «Outrar-se ou a longa invenção de mim» de Alexandre Castanheira,«Crónica da Libertação da Etiópia» de Júlio Graça, oferta da Editora Campo de Letras.

«30 anos de fotojornalismo» de Alberto Peixoto, oferta da Câmara Municipal de Oeiras;

«Cidadania activa, mais e melhor democracia», de José Dias, oferta do autor.

«Ibéria Selvagem» de Paulo Caetano e Joaquim Pedro Ferreira, oferta da Editora Má Criação.

«On a Leaf of Blue – Bilingual Anthology of azorean Contemporary Poetry, «As mulheres nos Açores e nas Comunidades» de Rosa Maria Neves Simas, oferta da Delegação da A25A no Canadá- Núcleo Salgueiro Maia.

Livro «Sermões escolhidos», oferta do sócio José Verdasca.

Livro «Sydney 2000», oferta da Fed. Port. de Desporto para Deficientes.

Livro «Almada e a resistência antifascista» de Luís Alves Milheiro, oferta do autor.

Livro «Angola – Recordações da tropa» de José António Marques Correia, oferta do autor.

Revista «Vértice» oferta de Fernando Gordo.

Livro «Razões por que Oeiras Vale a Pena» de Isaltino Morais oferta de Manuel Barão da Cunha.

Escultura Com. dos 25 Anos do 25 de Abril da autoria de José Aurélio, oferta da Com. Trabalhadores da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Fotos do dia 16 de Março de 1974, oferta do associado Avelino Rodrigues.

Cartazes e autocolantes oferta do sócio Américo de Oliveira Brito.

Livro «Guerra do Iraque de Março a Abril de 2003 – uma contribuição para o seu estudo», oferta do autor, tenente-general José Lopes Alves. ■

Convites feitos à A25A

No último trimestre a Associação 25 de Abril e a sua Direcção receberam os seguintes convites:

Casa da América Latina e a Embaixada do Peru – conferência do dr. César Ferreira, da Universidade de Oklahoma «Humor e Amor na narrativa de Alfredo Bryce-Echenique», 27-11-2003.

Miosótis e Livraria Barata – lançamento do livro «A peregrinação de Artur Vilar» de Eduardo Palaio, 15-10-2003.

APOIAR – Inauguração da nova sede, 30-09-2003.

Associação Escadote Cultural e a Junta de Freguesia da Pontinha, exposição individual de pintura de mestre H. Mourato, 28-11-2003; exposição colectiva de pintura, gravura e fotografia dos Amigos dos Castelos, 12-12-2003; inauguração de exposição colectiva sobre o Natal, 15-12-2003.

Associação Portuguesa de Deficiente – Conferência Internacional «Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos das pessoas com deficiência – Necessidade e benefícios», 23-09-2003.

Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra – Comemoração do Dia do Veterano de Guerra, 20-10-2003.

Caixa Geral de Depósitos, entrega do Prémio da Crítica 2002, 30-09-2003.

Câmara Municipal de Almada – descerramento oficial das placas toponímicas de homenagem ao Resistente anti-fascistas Eleutério Teixeira, 14-09-2003.

Câmara Municipal de Gaia – Estreia do espectáculo do TEP «Era uma vez...no teatro» de Norberto Barroca, 12-11-2003; inauguração da exposição «Momentos do TEP», 18-12-2003.

Câmara Municipal de Grândola – abertura da 19ª Feira do Livro, 28-11-2003.

Câmara Municipal de Lisboa – sessão de homenagem ao engenheiro Lopes Cardoso, 10-05-2003; Inauguração da exposição de Daniela, Tomaz Hipólito e Rita Fernandes, 11-12-2003; inauguração da exposição de pintura e escultura «Europeus de Lisboa - Vivências», 10-10-2003; inauguração da exposição «Franco-Mações ilustres nas Rua de Lisboa», 04-10-2003; lançamento do livro «Lisboa no Cais da Memória» e exposição de Eduardo Gageiro, 13-11-2003; inauguração da exposição do Pintor Navitrolla, 18-11-2003.

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Fundação Álvaro Guerra – apresentação pública da Fundação Álvaro Guerra, 24-10-2003.

Cantata de Natal – concerto do ensemble vocal Capella Mundi, 13-12-2003.

Fundação Mário Soares, ciclo de conferências sobre «Guerra, Paz e Direitos Humanos», 9-01-2004.

Centro de Estudos documentais do Alentejo – encontro «Ourique – Memória com futuro», 20-09-2003.

Cinemateca Portuguesa – ante-estreia do filme «O Rapaz do Trapézio Voador» de Fernando Matos Silva, 11-10-2003.

Clube do Sargento da Armada – colóquio/debate - «A Constituição Europeia», 06-11-2003.

Companhia de Teatro de Almada – assistir à peça «Cristo», 16/17-10-2003; assistir à peça «Os dias Felizes», 24/25-09-2003.

Conselho de administração da EDP e Conselho Administração da Fundação de Serralves – inauguração da exposição «Prémio EDP Novos Artistas – 2003», 22-11-2003.

Edições Afrontamento – lançamento do livro «Cidadania activa, mais e melhor democracia», 20-11-2003.

Edições Colibri – apresentação da obra «Da Mestiçagem à Caboverdeanidade – registos de uma sociocultura» de Luís Manuel de Sousa Peixeira, 07 – 10- 2003.

Editora Campo de Letras – lançamento do livro «Outrar-se» de Alexandre Castanheira, 14-11-2003; sessão de lançamento do livro «Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo, de Alberto Vilaça, 06-12-2003

Editorial Caminho – apresentação do livro «Ary dos Santos, O Homem, O Poeta, O Publicitário – Fotografia» de Alberto Benfeita, 15-10-2003-10-24 ; lançamento do livro «Ex-votos» de Paula Tavares, 22-10-2003; lançamento do livro «Criação e crítica», homenagem de 8 poetas e 8 ensaístas a Giulia Lanciani», 30-10-2003, lançamento do livro «Vagabundos de Nós» de Daniel Sampaio, 13-11-2003; lançamento do livro «Passados os rigores da Invernia» de Leocádia Regalo, 05-11-2003; apresentação do livro «A Paz enfurecida» de Ascêncio de Freitas, 18-11-2003; edição de «Setembro outra vez» de José Manuel Mendes, 11-11-2003; lançamento do livro «O nome do poeta» de Isabel Cristina Pires, 04-2-2003; lançamento do livro «Fantasia para dois coronéis e uma piscina» de Mário de Carvalho, 02-12-2003; apresentação dos livros «As moedas de ouro de Pinto Pintão» e «Manhas e patranhas, ovos e castanhas» de Alice Vieira, 16-12-2003.

Estado Maior do Exército (biblioteca) – lançamento de «Imprensa Militar Portuguesa - Catálogo da Biblioteca do Exército e Os generais do Exército Português (I volume)», 08-09-2003.

Editorial Inquérito – apresentação do livro «Crónicas Militares e Políticas da II Guerra Mundial» de General Humberto Delgado, 17-12-2003.

Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais – palestras e debates sobre o tema «Riscos de desertificação em Portugal», 22-11-2003.

Foneteca Municipal de Lisboa – Festival de Música PHONO'03.

Fundação Mário Soares – lançamento do livro «História Constitucional do Brasil», 25-11-2003; cerimónia pública do Prémio Fundação Mário Soares 2003, 26-11-2003.

Gabinete Português de Medalhística – exposição de medalhas, 09-10-2003.

Galeria Barata – inauguração da exposição de Ernesto Shikhani, 18-10-2003.

Galeria do Casino do Estoril – inauguração da exposição de pintura de Romeral, 04-10-2003.

Galeria LCR e António Sem – inauguração da exposição de pintura «Horizontes», 12-11-2003.

Gravura – inauguração da exposição de pintura de Henrique Tigo «As Peixeiras», 09-10-2003; inauguração da exposição individual de Henrique Tigo (11 anos de carreira), 09-10-2003.

Hugin Editores – Lançamento da obra «Uma adaptação Portuguesa (1711) do Dom Juan de Molière» de Laureano Carreira, 06-10-2003.

Instituto Camões – inauguração da exposição de pintura «Do grito e do silêncio» de Mário Branco, 07-10-2003.

Junta de Freguesia de Santa Catarina – inauguração da exposição de cartoons «Anjo torto»-Drummond, 09-10-2003; inauguração da exposição do «XVIII Concurso de Presépios», 27-11-2003.

Junta de Freguesia da Venteira – concerto da Orquestra de Musica Ligeira da Amadora, 18-09-2003; concerto da Sociedade Filarmónica e Indústria da Amadora, 26-09-2003. Liga dos Combatentes – comemoração do 80º aniversário da Liga, 18-10-2003.

Museu Nacional da Imprensa – V Portocartoon, 30-09-2003.

Goethe-Institute – colóquio internacional «À procura de um caminho para a integração», 28 a 30-10-2003.

Partido Ecologista «Os Verdes» – debate sobre «Por detrás das estrelas da Europa», 24-11-2003.

Reitor da Universidade de Lisboa – cerimónia de abertura do Ano Académico de 2003/2004 – 12-11-2003; concerto de Fim de Ano da Orquestra Sinfónica Juvenil – III Gala de Ópera da Universidade de Lisboa; 13-12-2003.

Renovação comunista – Fórum os Portugueses, a Europa e a Constituição Europeia, 11-10-2003.

Sindicato dos Professores da Grande de Lisboa – debate sobre o tema «O Cancioneiro tradicional para a infância e a sua utilização didáctica», 27-11-2003.

Setúbal na Rede/ Câmara Municipal do Barreiro – comemoração do 6.º Aniversário; 9-01-2004.

Sociedade Filarmónica União Artística Piedense - comemoração do 114.º Aniversário – Concerto de Gala, 29-11-2003.

Teatro da Cornucópia – estreia do espectáculo «Anatomia Tito Fall of Rome», 20 –11-2003

Videoteca Municipal de Lisboa – lançamento de DVD – «Lunário Perpétuo» de António Nóbrega, 04-12-2003. ■

Associados falecidos

No último trimestre registámos o falecimento dos seguintes associados: Fausto Monteiro (sócio fundador n.º 1211), Ricardo Maria Riça da Silva (sócio efectivo n.º 1566); António Manuel Alves Marques Gomes (sócio efectivo n.º 2825); João Armando de S. Amorim Rocha Trindade (sócio efectivo n.º 3409); Jaime José Vicente Camecelha (sócio efectivo n.º 2969). ■

Vamos aprender Bridge! (61)

LUÍS GALVÃO

OS LEITORES devem estar lembrados de como nos referimos às vantagens que se conseguem ao utilizar a mão curta em trunfos para cortar perdentes existentes na mão do carteador e terem também presente o alerta que, no mesmo artigo (57), fizemos para a ineficácia que, quase sempre, resulta de se decidir cortar perdentes do morto com a mão comprida em trunfos.

A «verdade» de que «quem corta com a mão comprida fica, normalmente, mais pobre» apresenta, no que ao carteio se refere, duas excepções que se traduzem em manobras com alguma espectacularidade e evidente eficácia. Referimo-nos às técnicas de carteio conhecidas como o MORTO INVERTIDO e a REDUÇÃO DE TRUNFO.

O artigo de hoje visará familiarizar-vos com as características e com a técnica de aplicação da primeira dessas manobras de carteio.

1 – O carteio
1.3 – O carteio em trunfo
1.3.6 – Cortes da mão comprida
1.3.6.1. – Plano n.º 4:
O Morto Invertido

A compreensão da dinâmica inerente a esta manobra, que parece contrariar alguns dos princípios que vimos apresentando quase como dogmas, é, no meu entender, muito mais fácil de aprender em face dum exemplo comentado do que se baseada numa exaustiva explicação teórica. Será pois, obviamente, o primeiro modelo que servirá os nossos objectivos didácticos.

Consideremos a mão:

♠RV2
♥AR4
♦A974
♣RV8

N
W E
S

♠A85
♥DV1096
♦3
♣AD102

Contrato: 7♥
Saída: R♦

Estendido o morto, o carteador, com clássica formação bridgista, elegeu a sua mão como MÃO DE BASE (era a mais comprida em trunfos!) e contabilizou as perdentes:

1 a ♠ (eventual)

Classificou como eventual a perdente a ♠ dado que a mesma dependeria da posição da D♠.

Se estivesse seca ou em W a passagem resolveria a questão da incómoda eventual perdente.

Feita esta análise primária, o carteador considerou que o sucesso do contrato teria uma probabilidade um tudo nada superior a 50 %, o que, vistas bem as coisas, corresponderia a uma fraca marcação, pois se a D♠ estivesse em E não só levava um cabide como perdia o prémio do pequeno chelem, marcação que, se tivesse sido feita, corresponderia a um «contrato de ferro».

Feita esta análise, importa referir e recomendar, aos bridgistas menos experientes, que a prática demonstra que o carteador sólido deverá sempre colocar a si próprio a seguinte questão, antes de se decidir por um determinado PLANO DE JOGO:

Não haverá outra linha possível para cumprir o contrato ou cartear a mão com maior probabilidade de êxito?

Há, nestas circunstâncias, que reanalizar a mão e tentar ver para além dos horizontes mais próximos. Se o fizerem, melhor, se se habituarem a fazê-lo, verão que muitas vezes descobrirão novas luzes ao fundo do túnel, que antes se apresentava negro e pouco seguro.

Voltemos à mão em questão e contemos as vazas ganhantes:

5 a ♥
2 a ♠
1 a ♦
4 a ♣
12 VASAS GANHANTES, considerando a mão de S como MÃO DE BASE.

Invertamos o conceito de MÃO DE BASE para N e contemos agora as VASAS GANHANTES nesta perspectiva:

4 a ♦ (o A ♦ e três cortes em S)
2 a ♠ (o A e o R)
3 a ♥ (se destrunfar pelo N)
4 a ♣
13 VASAS GANHANTES

Esta inversão da MÃO DE BASE (por transferência do conceito clássico para a mão mais curta em trunfos) parece ter operado um verdadeiro milagre, dado que o cumprimento do contrato deixaria de estar dependente da paragem à D♠ (cerca de 50 %) e passaria apenas a depender da divisão 3/2 dos trunfos na posse dos ADV (68 %). Esta segunda hipótese de linha de jogo apresentava-se, pois, muito mais consistente. A luz ao fundo do túnel tinha-se acendido. Afinal o contrato não era assim tão mau! A esperança renascera e o nível de autoconfiança subira em cascata no ego do carteador.

Estava encontrada a justificação que estivera na base da denominação de MORTO INVERTIDO. O seu autor não relacionara a manobra com qualquer movimento ou estatuto gay, mas tão apenas com o facto da mesma se basear numa inversão do conceito da MÃO DE BASE, deixando, neste caso, de ser a mais comprida em trunfos para passar a ser, curiosamente, a mais curta. Mas se esta técnica permite «ganhar» uma vaza, porque não a utilizar mais vezes em detrimento da que foi apresentada como dominantemente frequente e que corresponde à eleição da mão mais comprida em trunfo como MÃO DE BASE?

Há que esclarecer que para o carteador possa considerar a utilização da manobra do MORTO INVERTIDO é preciso que o jogo apresente as seguintes características tipo:

1. Possibilidade de vários cortes pela mão comprida em trunfo;
2. Existência, na mão curta, de trunfos de boa qualidade que permitam utilizá-la para levar a cabo o destrunfo;
3. Existência, na mão curta, do número de entradas suficientes para efectuar as cortes previstos.

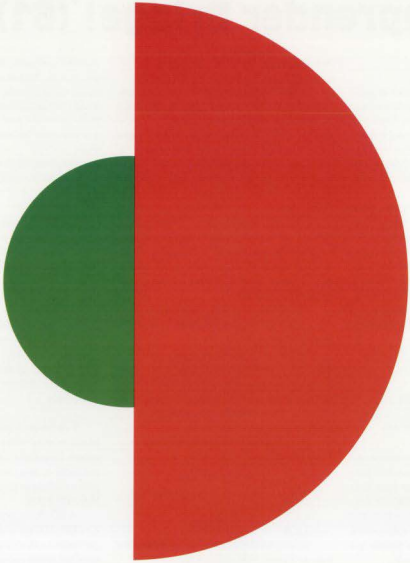
É óbvio que jogos que satisfaçam as características atrás referidas não aparecem com a mesma frequência daqueles que se adaptam à utilização da mão curta em trunfos como eleita para a realização dos cortes das perdentes da MÃO DE BASE.

A REGRA é, pois, cortar da mão curta e a EXCEPÇÃO fazê-lo com a mão comprida, pelo que utilizar a técnica do MORTO INVERTIDO não é um prazer que ocorra com muita frequência. Mas quando surgir há que identificar o jogo, aplicar a manobra e usufruir da situação!

Resta pormenorizar os passos do carteio da mão em discussão: o R♦ foi feito com o A do morto e, de imediato, foi jogado outro ♦ que foi cortado na mão com uma carta alta e nunca com o 6, por uma questão de segurança contra eventual recorte. Foi jogada uma ♠ para o R e outro ♦ foi cortado. O 2♣ foi coberto pelo V♣ e o último ♦ foi cortado na mão após o que S iniciou o destrunfo batendo a carta mais alta e depois o 6 ♥ que foi coberto pelo R de N, seguindo-se o A♥ que eliminou o último trunfo. A quarta carta de ♣ de S serviu de extra-ganhante, materializando a obtenção das treze vasas contratadas.

A manobra de carteio que hoje abordámos constitui mais um instrumento à disposição dos praticantes, que lhes permite resolver alguns problemas específicos que se colocam à mesa de jogo e cuja resolução depende mais duma bagagem técnica previamente adquirida do que duma inspiração momentânea. Jogar bem bridge consegue-se, como tudo na vida, com uma pequena percentagem de inspiração e com muito trabalho na aprendizagem.

Até ao próximo número. ■



1º CONGRESSO DEMOCRACIA PORTUGUESA